



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES**  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS-CCJE

**Departamento: Gemologia**

**Disciplina: Requisitos Ambientais para Atividades Mineradoras**

**Código: GEM06814**

**Carga Horária Semestral: 60h/a**

**Professor: Neiva Lima dos Santos Buaiz**

**Créditos: 04**

**Período: 2011/1**

## **PROGRAMA DE DISCIPLINA**

### **A. EMENTA**

Legislação Ambiental: histórico, evolução dos conceitos ambientais, legislação aplicável, princípios constitucionais (o papel dos entes federativos), IBAMA, órgãos ambientais, estaduais e municipais e interferência na área mineral. Licenciamento Ambiental: objetivos, aspectos jurídicos do licenciamento ambiental, competência para o licenciamento, restrições técnicas e jurídicas do licenciamento, penalidades, recursos administrativos e judiciais. Normas regulamentadoras de mineração. Termos de ajuste de conduta(TAC); ação civil pública e regularização perante o DNPM, órgãos ambientais ou anular licenças ambientais; o registro das empresas; Gestão ambiental e competitividade; O Estudo do impacto ambiental(EIA) e o relatório de impacto ao meio ambiente (RIMA); Requisitos de validade dos Autos de Infração por convênios com o IBAMA; Atividade mineral em área de conservação em área de preservação permanente e reserva legal; Criação de parque nacional sobre área mineralizada. Indenizações cabíveis. Orientações do STJ; Não atendimento de notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documento não configura crime de desobediência; Proteção do patrimônio espeleológico e possibilidade de supressão de cavidades naturais subterrâneas, Tombamento, possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicas na área tombada, analise a partir de um caso concreto – a Serra da Piedade.

### **B. OBJETIVO**

Levar ao discernimento acerca dos principais conceitos e evolução Jurídica da Legislação Ambiental. Estudar e aplicar as relações jurídicas existentes entre o meio ambiente e as atividades Mineradoras. Proporcionar aos alunos, conhecimentos da Legislação adequada e identificação de impactos ambientais. Identificar riscos da atividade mineral e ambiental. Estudo e aplicação da Constituição Federal, do Código Ambiental, Leis e Decretos Ambientais aplicados as atividades Mineradoras.

### **C. PROGRAMA**

**1. Introdução ao Direito Ambiental (Histórico e evolução dos conceitos ambientais)**

**2. Direito Ambiental Aplicado à Mineração ( Legislação aplicável, princípios constitucionais e as regras básicas aplicadas à Lei Ambiental)** pág.11 a 17, William Freire combinado com Uile Reginaldo Pinto – Legislação Ambiental - bibliografia recomendada.

**3. Gestão Ambiental e Competitividade:** William Freire – Apresentação por Fluxogramas.

**4. Ação Civil Publica e Regularização perante o DNPM ( órgãos ambientais, validade de licenças ambientais, o registro das empresas, gestão ambiental e competitividade)** pág. 19 a 30, William Freire e Legislação Aplicável de Uile Reginaldo Pinto – bibliografia recomendada.

### **5. Legislação Ambiental:**

5.1 Constituição Federal Capitulo VI - Do Meio Ambiente Art.225, paginas 461 e 462, Uile Reginaldo Pinto, bibliografia recomendada e Constituição Federal.

5.2 Seção V da Lei 11.284 de 02/03/2006 combinado com o Decreto nº99.274 de 06 de Junho de 1990 – Do Licenciamento Ambiental (objetivos, aspectos jurídicos, competência, restrições técnicas e jurídicas, penalidades, recursos administrativos e judiciais do licenciamento ambiental) bibliografia recomendada Uile Reginaldo Pinto e William Freire.

### **6. Órgãos Ambientais IBAMA e CONAMA:**

6.1 Decretos Nº 99.274, de 6 de junho de 1990 (política nacional, estrutura, constituição e funcionamento, competência, atuação, áreas de proteção e penalidades relacionadas ao meio ambiente) pág. 543 a 554 Uile Reginaldo Pinto e William Freire pág. 31 a 47 – bibliografia recomendada.

### **7. Normas Regulamentadoras de Mineração – Termos de Ajustes de Conduta “TAC”:** Wiliam Freire.

7.1 O estudo do impacto ambiental “EIA” e o relatório de impacto ao meio ambiente “RIMA”. Decreto nº97. 632 de 10 de Abril de 1989, para exploração de recursos minerais e demais legislação aplicável.

**8. Objetivos e aspectos jurídicos da política nacional do Meio Ambiente** pág. 543 Uile Reginaldo Pinto – Decreto 99.274 de 06/06/1990 que regulamenta a Lei 6.902 de 27 de abril de 1981 e a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981.

8.1 Criação de estações ecológicas – parque nacional sobre área mineralizada, indenizações cabíveis a orientação do STJ – bibliografia recomendada.

**9. Sanções Penais e Administrativas Derivadas de Condutas e Atividades Lesivas ao Meio Ambiente:** pág. 478 Uile Reginaldo Pinto da bibliografia recomendada.

**10. Requisitos de validade dos Autos de Infração por lavrados pela Polícia Florestal por convenio com o IBAMA:** pág. 31 William Freire da bibliografia recomendada.

**11. Atividade Mineral em Unidades de Conservação, em Área de Preservação Permanente e Reserva Legal – SNUC:** pág. 49 William Freire da bibliografia recomendada.

**12. Não Atendimento de Notificação expedida pelo IBAMA para apresentar documentos não configura crime de desobediência:** pág. 97 - William Freire da bibliografia recomendada.

**13. Proteção do Patrimônio Espeleológico e Possibilidade de Supressão de cavidades Naturais Subterrâneas:** pág. 137 - William Freire da bibliografia recomendada.

**14. Tombamento - Possibilidade do exercício concomitante de atividades econômicas na área tombada, analise a partir de um caso concreto – Serra da Piedade.** : pág. 155 - William Freire da bibliografia recomendada.

#### **D. METODOLOGIA**

##### **Procedimentos:**

A disciplina será ministrada por meio de:

- aulas expositivas, dialogadas, ministradas pelo professor com a participação pró ativa dos alunos;
- discussões de casos e práticas didáticas que possibilitem a participação efetiva dos alunos no processo de apreensão e consolidação dos conteúdos programáticos.
- trabalhos escritos individuais e/ou coletivos com construção orientada;
- Discussão orientada de estudos de casos.

##### **Recursos:**

- Quadro e pincel;
- projetor de multimídia (data show)
- textos diversificados

#### **E. CRITERIOS DE AVALIAÇÃO**

O sistema de avaliação será estruturado como se segue:

- a) Participação nas aulas – 10% da nota total;
- b) Duas avaliações individuais escritas – 60% da nota total (1ª em 29/04/2011 – 2ª em 29/06/2011); prova final será no dia 08/07/2011.
- c) Um seminário e trabalhos sobre tema a ser definido oportunamente, individual ou em grupo, escrito e apresentado ao final da unidade – 20% da nota total;
- d) Um trabalho individual sobre tema a ser definido - estudo de caso – 10% da nota total.

d) A nota final do aluno será obtida através da soma das notas auferidas durante o período. As leituras dirigidas, quando acompanhadas da entrega de fichas, bem como os debates organizados em sala de aula, a critério do professor, poderão fazer parte da composição das notas.

e) Não serão aplicadas provas de 2ª chamada, a não ser para os casos previstos no regulamento da UFES.

f) Os alunos que obtiverem média parcial inferior a 7,0 terão o direito a realizar uma prova final, devendo alcançar média final igual ou superior a 5,0 para aprovação.

g) Observação importante: Tendo em vista o que dispõe a legislação educacional e as normas da UFES, só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que comparecer no mínimo a 75% das aulas ministradas. O não cumprimento dessa exigência implica na reprovação com nota zero, independentemente do resultado das avaliações (provas e trabalhos) que ele eventualmente tenha realizado.

## **F. BIBLIOGRAFIA**

DIAS, R. Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, W. Direito Ambiental aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos, 2005.

KNIGHT, A.e HARRINGTON, J.A Implantação de ISSO 14000 – Como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficiência. São Paulo: Atlas, 2001. ROLES A.Jr. Custos de Qualidade: Aspectos de gestão ambiental. São Paulo, 2003

DANTAS, Marcelo Buzaglo. LEITE, José Rubens Morato. Aspectos Processuais do Direito Ambiental. 2 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2004.

PINTO, Uile Reginaldo- Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental-9ª Ed. Brasília 2004.589p.

## **G. BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA:**

PINTO, Uile Reginaldo- Consolidação da Legislação Mineral e Ambiental - 9ª Ed. Brasília 2004.589p.

FREIRE, W. Direito Ambiental aplicado a Mineração. Editora Mineira, Livros jurídicos, 2005.